

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E ESPAÇO URBANO: O PÚBLICO E O PRIVADO EM QUESTÃO

Luís Carlos Batista Rodrigues

Universidade Federal do Piauí, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI), Teresina, PI, Brasil.
luisbatista21@outlook.com

Antonio Cardoso Façanha

Universidade Federal do Piauí, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFPI), Teresina, PI, Brasil.
façanha@ufpi.edu.br

RESUMO

O presente trabalho constitui uma discussão teórica acerca do impacto dos serviços de educação superior no espaço urbano, numa abordagem que visa discutir a atuação e a interligação entre os agentes públicos e privados nesse setor. O objetivo deste trabalho é compreender o processo de (re)produção do espaço urbano a partir das instituições de ensino superior públicas e privadas, uma vez que elas caracterizam o atual cenário brasileiro de modernização do território a partir da introdução ou aperfeiçoamento de elementos técnicos, científicos e informacionais, e marcado pela terciarização da economia. Nota-se, a partir dessa reflexão, que o espaço urbano tem sido fortemente impactado pelas atividades terciárias, dentre as quais o ensino superior assume uma posição de destaque, seja pelas atividades inerentes às próprias instituições, dependendo do seu caráter, se público ou privado, seja por meio daquelas que elas demandam ou estimulam.

Palavras-chave: Instituições de ensino superior. (Re)produção do espaço urbano. Agentes públicos e privados.

LAS INSTITUCIONES DE ENSEÑANZA SUPERIOR Y ESPACIO URBANO: EL PÚBLICO Y EL PRIVADO EN CUESTIÓN

RESUMEN

Este trabajo es una discusión teórica sobre el impacto de los servicios de educación superior en el espacio urbano, un enfoque que tiene como objetivo discutir el papel y la interconexión entre los actores públicos y privados en este sector. El objetivo de este trabajo es entender el proceso de (re)producción del espacio urbano con respecto a las instituciones públicas y privadas de educación superior, ya que caracterizan la escena actual brasileña de la modernización del territorio contra la introducción o mejora de la técnica, científica y de información, y marcada por el sector terciario de la economía. Tenga en cuenta, a partir de esa reflexión, el espacio urbano ha sido fuertemente impactada por las actividades terciarias, entre las cuales la educación superior asume una posición destacada, si las actividades inherentes a las propias entidades, en función de su carácter, ya sea pública o privada, ya sea a través de aquellos que exigen o estimulan.

Palabras clave: Instituciones de educación superior. (Re)producción del espacio urbano. Agentes públicos y privados.

INTRODUÇÃO

O território brasileiro é caracterizado por uma desigualdade de densidade de técnicas e ciência, resultado de um processo histórico, bem como de um modelo econômico pautado nas relações de mercado. Essa desigualdade atinge vários setores e se torna assaz visível nas cidades, que é fragmentada ao sabor dos processos produtivos vigentes e daquilo que eles impõem.

Mas um dado importante do território brasileiro nas últimas décadas tem sido a modernização, através de um aparato técnico, científico e informacional cada vez mais denso, embora distribuído de maneira desigual. Nesse contexto, um importante elemento que se sobressai são as Instituições de Ensino Superior, doravante referenciadas como IES, que se expandiram de forma acelerada pelo Brasil a partir da segunda metade do século XX, partindo de uma necessidade de modernização econômica do país.

Esse processo de modernização econômica marca o período chamado de pós-industrial e vem favorecendo fortemente o processo de urbanização, a partir da terciarização da economia. Nesse contexto, as IES assumem forte relevância, não apenas a partir do que elas produzem em termo de ciência, tecnologia e capital humano, mas também a partir da dinâmica que elas promovem e estimulam. As IES, ao serem instaladas, conferem toda uma dinâmica social, econômica e infraestrutural no espaço local e até regional, dependendo do seu porte.

Outro dado importante a ser considerado é a relação entre público e privado nesse contexto, pois a expansão das IES no Brasil tem a forte participação da iniciativa privada que, auxiliadas por políticas e investimentos públicos, vêm ganhando força e consolidando importantes processos no espaço onde são instaladas. Dessa forma, é necessário refletir sobre essas instituições, tanto públicas quanto privadas, no que se refere ao seu impacto na dinâmica do espaço urbano a partir do que está posto na atual *geografia do ensino superior brasileiro*.

O PÚBLICO E PRIVADO NO ESPAÇO URBANO

As últimas décadas do século XX se caracterizaram pelas mudanças nos setores produtivos, relacionadas à modernização das tecnologias e ao ganho de importância pelo setor terciário da economia, que marca o período conhecido como pós-industrial. Nesse momento, a técnica, a ciência e a informação ganham importância imprescindível na organização da sociedade e no desenvolvimento das atividades produtivas.

Nesse período, o capital produtivo, relacionado à prestação de serviços e às finanças, assume um importante papel, tanto na definição dos demais setores da economia, que passam a ter no terciário um suporte para sua expansão, como na (re)produção do espaço urbano, a partir da territorialização de suas atividades e influências. Esse é um contexto onde se sobressai, com bastante vigor, o capital privado, atuando em escalas cada vez mais amplas e incorporando os mais diferentes setores, e comandando práticas espaciais condizentes com suas necessidades de reprodução do capital.

Nota-se, então, uma ação cada vez mais impactante do capital privado na organização do território urbano. Exemplo disso são as grandes empresas multinacionais que instalam seus equipamentos em determinados espaços e (re)definem uma série de relações que tem rebatimento na produção do espaço, num processo de apropriação literal ou simbólica dos territórios ligados às práticas espaciais desses agentes. Mas como fica a dimensão do setor público nesse processo que parece ser de contínua privatização? Qual o poder do Estado nesse contexto? Estaria ele enfraquecendo mediante as grandes corporações do capital privado?

Para discutir esses pontos, na busca de possíveis caminhos de entendimento, é oportuno lembrar que o espaço urbano é produzido por determinados agentes imbuídos de intencionalidades e que tais intencionalidades giram em torno da produção e reprodução de valor. Logo, o espaço urbano é suporte e também resultado do processo produtivo. Ora, se o espaço urbano é resultado do processo produtivo pode-se pensá-lo como mercadoria, resultado de um investimento e que tem valor de uso e valor de troca.

A cidade se traduz, então, em um conjunto de formas resultantes de um processo que fragmenta esse espaço em nome do poder conferido a determinados agentes de posse do capital. De acordo com Carlos (2013, p. 106)

A propriedade privada da riqueza e, conseqüentemente do solo urbano, como forma natural advinda da existência e de sua forma contratual, se põe entre a vida humana

e a apropriação do espaço urbano (como construção social). Da estrutura social fundada na propriedade privada como direito, não só dos meios de produção, mas da riqueza e de tudo que ela garante e legitima, a metrópole se fragmenta e a vida se desintegra realizando-se nestes fragmentos submetidos à lógica da mercadoria e de seu mundo (promovidos pela mercantilização dos pedaços do solo urbano).

O processo que esta autora explica, tomando como referencial empírico a metrópole, alcança outras escalas do espaço urbano, de acordo com seus processos específicos, mas sempre tendo como elemento fundamental o desenvolvimento dos processos produtivos específicos de cada realidade. Um fator que se liga dialeticamente à valorização do solo urbano é a agregação de outras atividades associadas àquelas primeiras. Essa relação de reciprocidade gera uma disputa pela posse do solo urbano entre diferentes agentes e diferentes usos. Essa demanda pelo solo e por investimentos nele realizados fazem com que o suporte físico adquira valor, como uma mercadoria, tornando-se fonte de renda para o proprietário e/ou usuário (PEREIRA, 2012).

As relações capitalistas de mercado direcionam as práticas dos agentes produtores do espaço urbano e determinam a apropriação e uso do solo urbano a partir do valor a ele agregado. Nesse sentido, pode-se considerar o pensamento de Harvey (1980, p. 162-163) ao afirmar que “o mercado capitalista da economia de troca penetra tanto em cada aspecto da vida social e privada que exerce controle quase tirânico sobre o sistema de sustentação da vida, nos quais os valores de uso são inseridos”.

As práticas espaciais no espaço urbano são, portanto, profundamente afetadas pelas forças produtivas, resultando em uma cidade caracterizada pelas desigualdades socioespaciais. Essas disparidades são intensificadas por uma apropriação crescente de fragmentos do solo urbano pelo capital privado, e por sua conseqüente valorização, e por uma aparente limitação da dimensão do poder público.

A discussão proposta por Arantes *et al* (2002) expressa a dimensão do espaço urbano como mercadoria no período pós-industrial, dimensão esta levada em consideração nas ações do poder público nas suas ações de planejamento, tratando a cidade como uma unidade de produção, como uma empresa.

O conceito de planejamento estratégico, muito mencionado nas discussões institucionais sobre planejamento urbano, colocado em pauta nessa visão de cidade, equivalente a uma empresa que deve prosperar mediante a superação das suas limitações e da concorrência das demais cidades, na lógica competitiva do capitalismo globalizado e globalizante.

A cidade enquanto empresa capitalista é, então, disputada e fracionada pelos agentes do mercado. É um fator de destaque para a gestão de qualquer cidade o fato de conseguir atrair investimentos de empresas “de fora”, e para tal é comum o oferecimento, por parte dos gestores, de uma série de vantagens, que funcionam como atrativos para tais investimentos. Nesse sentido, Pereira (2012, p. 449-450) explica que

O Estado atua associado ao setor privado para atender aos interesses deste setor, mas justifica sua atuação com o argumento de que o crescimento da cidade irá beneficiar a todos os grupos sociais, trazendo-lhes empregos, fortalecendo sua base tributária e produzindo recursos para a ampliação das políticas sociais. Através do desejo de desenvolvimento, cria-se o consenso e cobrem-se de licitude as concessões de subsídios a empreendedores, a permissividade da legislação de uso do solo, a facilitação dos processos de licenciamento municipal e estadual. Desta forma, consegue-se convencer a sociedade de que o objetivo da política urbana é viabilizar o crescimento através do favorecimento das elites capitalistas.

Nessa lógica competitiva, as cidades estão à venda pelo melhor preço, e a ela terá acesso quem puder por ela pagar. Esta situação de privatização da cidade ganha o aval do poder público, lógica que repercute inevitavelmente na (re)produção do espaço urbano, e em uma territorialização marcada pela lógica do mercado. Esta última funciona como fonte definidora da atual configuração das cidades, pois, como esclarece Carlos (2013, p. 95), “a lógica da acumulação se impõe à vida e aos modos de uso do espaço”.

Ainda de acordo com Carlos (2013, p. 107),

O movimento da reprodução, realizando-se por meio do espaço urbano, produz a metrópole como negócio, num movimento que se orienta pela realização do valor de troca como momento da valorização do capital, o que torna o espaço produtivo – isto é, o espaço como condição da reprodução econômica sob a hegemonia do capital

financeiro. Nesse processo, as políticas públicas ganham relevância uma vez que só o poder público pode desapropriar, regular o mercado e criar infraestrutura, bem como leis de remoção da população de áreas nobres ou tornadas nobres com a extensão do tecido urbano, de modo a garantir incentivos para que os capitais se reproduzam sem sobressaltos. Deste modo, a re-produção do espaço repõe constantemente a questão da propriedade privada e da riqueza sob a forma da terra ou do solo urbano e de sua realização como contradição valor de uso/valor de troca. Um processo que não ocorre sem violência.

As contradições da (re)produção do espaço urbano são gestadas na ação dos agentes do capitalismo, e especialmente na metrópole contemporânea, a partir da hegemonia do capital financeiro. Mas cabe destacar que o Estado não se mantém inerte mediante esse processo, ao contrário do que possa parecer. Como esta autora assegura, o Estado tem o poder regulador das práticas espaciais através da ação que só o poder público pode executar, seja contrariando ou corroborando os interesses particulares.

A ação do Estado é acompanhada pela iniciativa privada, que se serve dos investimentos daquele para a realização de suas práticas. O Estado também se serve das parcerias com a iniciativa privada, também buscando vantagens, e essa relação simbiótica resulta em uma complexa interdependência entre o público e o privado configurado no espaço urbano.

No âmbito da relação entre o público e o privado, deve-se destacar outra questão importante acerca da atuação do Estado, que corresponde ao fato de sua atuação ser entremeada por conflitos diversos, entre o interesse coletivo, que tem por objetivo a ordenação do espaço físico para exercício da função social da cidade, conforme prevê o Estatuto das Cidades (Brasil, 2004), e os interesses de particulares, que, via de regra, demandam aproveitamento total da superfície de seus lotes, buscando tirar o máximo de retorno financeiro, muitas vezes em níveis exorbitantes, numa concepção individualista de propriedade como direito absoluto (SILVA, 1982, apud PEREIRA, 2012).

Mas não é o caso de falar de um enfraquecimento do poder público no sentido *lato*. O que acontece, na verdade, é que atualmente a sua atuação se dá, em boa parte dos casos (talvez maioria), imersa na lógica dominante, gerando dificuldades na diferenciação prática entre o público e o privado. Concorde-se, dessa forma, com Castro (2005) quando esta autora critica a negligência de muitos estudiosos das questões geográficas em relação a considerar o Estado na produção do espaço no fim do século XX, em detrimento de uma supervalorização da ação dos agentes capitalistas da economia de mercado.

O espaço urbano é, então, o resultado da relação combinada, solidária e contraditória entre o poder público e os agentes do interesse privado, cujas ações culminaram na (re)produção de um espaço urbano fragmentado e articulado, que funciona como *locus* e resultado da reprodução da sociedade e ao mesmo tempo como empresa. É conteúdo socialmente produzido, mas que atende a interesses particulares. Segundo Santos (2012), o território como um todo se torna um dado da “harmonia forçada” entre os lugares e os agentes neles instalados, em função dos comandos dos centros motores da informação.

A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E O ENSINO SUPERIOR

Os lugares atualmente estão inseridos numa lógica da produção de mercado, que utiliza as técnicas, a ciência e a informação como elementos essenciais para o atual modelo produtivo. Vive-se, portanto, em um espaço (ou conjunto de subespaços) cada vez mais denso do ponto de vista dos objetos e das ações de que fala Santos (2012), e como o mesmo autor elucida, esses elementos vão requerer um funcionamento do território cada vez mais condicionado às técnicas.

Assim, o espaço, que é revestido por esses elementos artificiais, vai requerer uma demanda compatível com as próteses e dinâmicas que o caracterizam, e as relações de produção serão compatíveis com o substrato pré-estabelecido, ou seja, o trabalho vivo vai se dá atrelado ao trabalho morto (SANTOS, 1994; 1997). Pode-se entender assim que a constituição do meio técnico-científico-informacional gera no espaço uma demanda por objetos e ações igualmente aprimorados, onde as atuais relações de produção são definidoras do conteúdo territorial em cada porção do espaço.

Com relação ao território brasileiro, pode-se dizer que, neste início de século, apresenta-se revestido por sistemas de engenharia necessários ao momento atual, pois, conforme Santos (2012) os territórios nacionais transformam-se em espaços da economia global. É nesse contexto de economia de mercado que as geografias dos lugares se (re)desenham, com contradições inerentes ao modelo

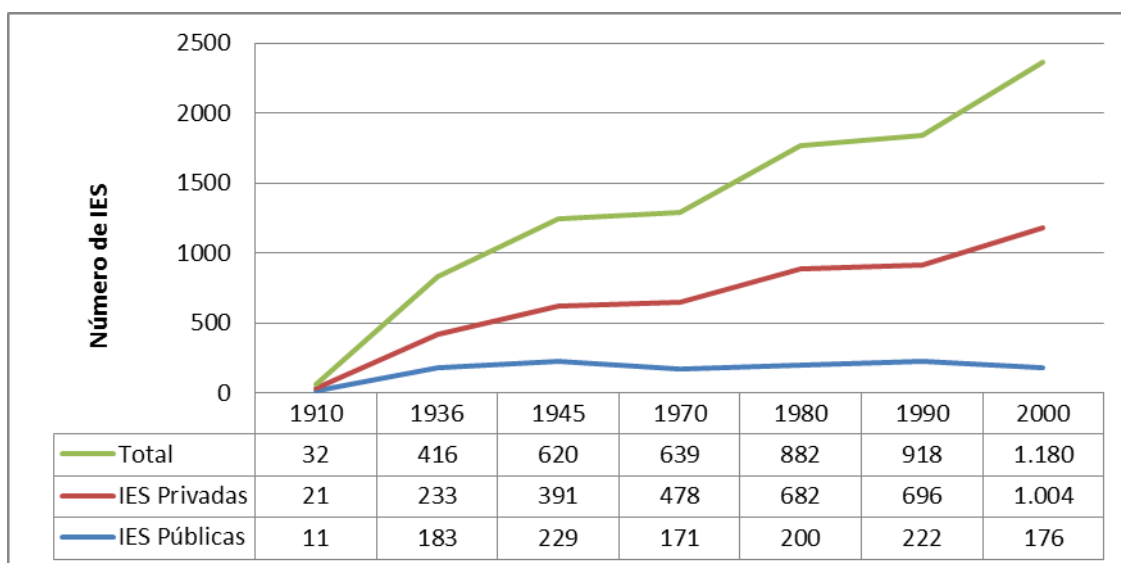
produtivo vigente, à medida que esses lugares são dotados de possibilidades de fluidez necessárias ao que Santos (2012, p. 254) chama de “alargamento dos contextos”.

Assim, o território brasileiro “ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 52-53). O conjunto de insumos dispostos no território brasileiro são elementos essenciais para compreender a lógica da organização do espaço nacional, uma vez que indicam o conjunto das dinâmicas atuais que configuram o território.

Nesse contexto de modernização do território brasileiro, as IES representam um importante elemento, uma vez que indicam o desenvolvimento territorial, pois o aumento da demanda e da oferta por educação superior indica, segundo Nascimento Júnior (2006), a qualificação da força de trabalho, o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, a constante inovação nos processos produtivos, etc., tornando-se, dessa forma, elementos essenciais ao funcionamento das atividades produtivas modernas desenvolvidas em determinados subespaços. As IES são catalisadoras e, ao mesmo tempo, resultado desse desenvolvimento, trazendo rebatimento na dinâmica do espaço onde são instaladas, seja como consequência direta ou indireta daquilo que essas instituições movimentam e promovem.

O ensino superior no Brasil, que surge tardiamente se comparado aos outros países da América Latina e com condições socioeconômicas semelhantes, tem seu processo evolutivo, sobretudo no decorrer do século XX, marcado por ideais de modernização e desenvolvimento. No decorrer desse século as IES cresceram em número e se pulverizaram pelo Brasil, revelando algumas características da organização do território. O Gráfico 01 condensa e evolução quantitativa das IES no Brasil entre 1910 e 2000:

Gráfico 1: Evolução do número de IES no Brasil (1910-2000)



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE); MEC/Inep.

A partir do Gráfico 01 pode-se perceber um aumento constante do número de IES no Brasil. No entanto, é a partir da década de 1970 que o quantitativo dessas instituições apresenta um crescimento mais acelerado, pois nessa década houve um forte crescimento da economia do país a partir de investimento e políticas de Estado. Segundo Durhan (2005, p. 208), esse fortalecimento econômico beneficiou diretamente a classe média, que se expandiu e correspondeu a uma crescente demanda por ensino superior, setor que recebeu muitos investimentos financeiros nesse período.

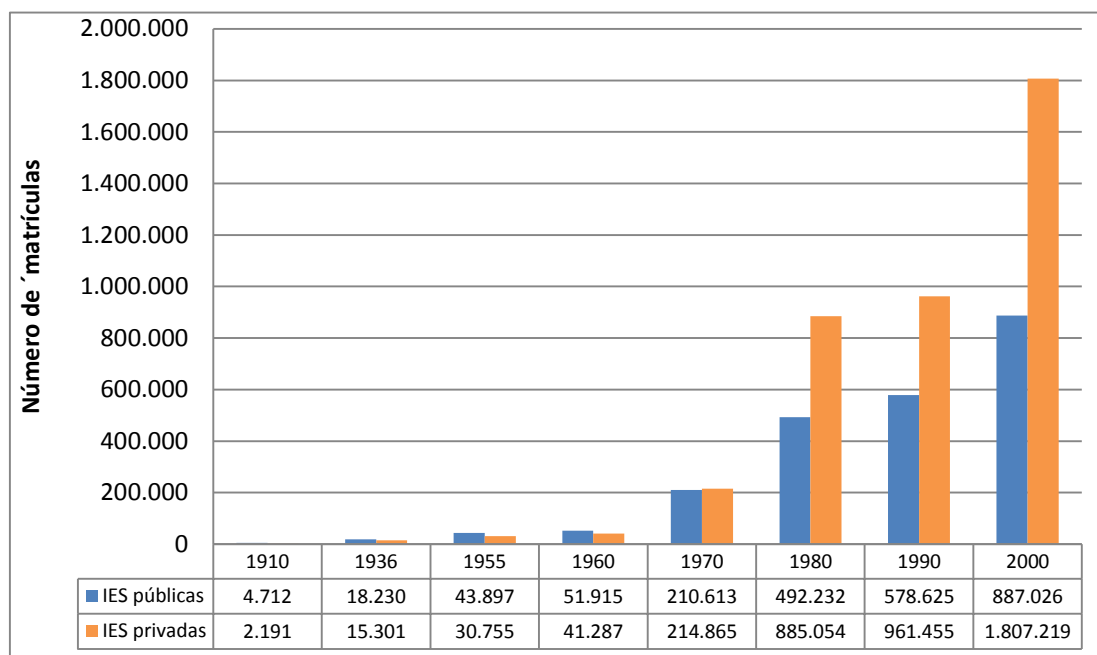
Um ponto relevante que o gráfico expõe corresponde ao *boom* das IES privadas nesse período, que segundo Sampaio (2011), foi uma ágil resposta do setor às demandas dos novos e potenciais consumidores do ensino superior. Essas IES orientaram-se pelo viés mercadológico, pois, como esclarece Durhan (2005, p. 209-210)

As instituições privadas de ensino superior haviam se tornado, de fato, um grande negócio. Parte dos novos estabelecimentos de ensino foi criada pela transformação de escolas de ensino médio. Mas a lucratividade dos empreendimentos atraiu também todo um novo conjunto de empresários, sem compromissos anteriores com a educação. Direcionados pelo objetivo de ampliar a lucratividade do empreendimento pela captação da demanda disponível, o setor privado passou a ser governado pelo mercado.

De fato, esse crescimento da educação superior estimulou investimentos e uma visão mercadológica do setor como um serviço lucrativo, e as IES privadas foram se espalhando progressivamente pelo território, seguindo a mesma tendência da densidade técnica preexistente. O crescente número de IES privadas no território brasileiro revela não somente a modernização do território a partir de um conteúdo técnico-científico (SANTOS; SILVEIRA, 2000; NASCIMENTO JÚNIOR, 2006; AMORIM, 2010), mas também a lógica produtiva desse setor dentro da economia de mercado, que Calderón (2000) discute no âmbito do que ele chama de “universidades mercantis”.

À medida que o território incorpora esse novo conteúdo técnico-científico, sua população se torna (ou precisa tornar-se) cada vez mais qualificada. O Gráfico 02 mostra essa verdadeira explosão do número de matrículas no período mencionado, em comparação ao período anterior.

Gráfico 2: Evolução das matrículas no ensino superior no Brasil (1910-2000)



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE); MEC/Inep.

Nesse período houve uma expansão maior do setor privado em relação ao público, pois havia uma demanda cada vez maior por ensino superior, que o setor público, com uma estrutura reduzida, era incapaz de absorver, ao passo que ocorria uma grande expansão quantitativa das IES privadas com amparo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (BRASIL, 1961). É nesse momento que a iniciativa privada ganha maior espaço, absorvendo uma quantidade crescente de estudantes, seguindo estratégias de mercado, concentrou-se na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores, tanto no ingresso quanto na permanência nos cursos (DURHAN, 2005).

Na década de 1980, o ensino superior brasileiro viveu um período de estagnação por conta do contexto de instabilidade política e econômica da “década perdida”. A transição do governo militar para o democrático envolveu uma série de problemas, como inflação, desemprego, além daqueles advindos da dura repressão praticada pelos militares. Além disso, Sampaio (2011) destaca o alto índice de analfabetismo, a restrita cobertura do ensino fundamental e os altos índices de repetência e

de evasão escolar. Ainda segundo Sampaio (2011, p. 30), “esses indicadores não só exibiam quantitativamente as renitentes distorções demográficas, sociais e econômicas nas diferentes regiões do país, como repercutiam de forma direta no estrangulamento do ensino médio, porta de saída da educação básica para o ensino superior”.

Nos anos de 1990, no entanto, o ensino superior no Brasil tomou novo folego, impulsionado pelas possibilidades legais trazidas pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (BRASIL, 1996). É nítido nesse período, em diversos setores, a política de caráter neoliberal, e o ensino superior vai experienciar também essa influência, com um novo momento de grande ampliação dos estabelecimentos privados de ensino superior. A liberdade de oferecer ensino superior garantida à iniciativa privada pela Lei 9.394/96 e a inserção das IES privadas no Sistema Federal de Ensino (BRASIL, 1996) mostra como o poder público preparou o terreno para a expansão e consolidação da educação privada no Brasil.

A década de 1990 é um período marcado pela intensificação da modernização do país, através de intensas mudanças estruturais, sobretudo no plano político e econômico. Nesse contexto, a técnica, a ciência e a informação são elementos cada vez mais intrínsecos no território, constituindo uma tecnosfera voltada para a lógica econômica global, através das políticas de cunho neoliberal implementadas nesse período. Sobre esse momento, Nascimento Júnior (2006, p. 146) coloca que

A realização de produções fundadas na racionalidade técnica-científica nos permite, em tese, indicar os fatores que vem estimulando o aumento de Instituições de Ensino Superior (IES) e cursos superiores nas diferentes regiões brasileiras. Assim, à medida que o conhecimento científico se torna elemento intrínseco à operacionalização da produção local/regional, a dinâmica educacional passa a se caracterizar numa importante variável para o entendimento e o acompanhamento das transformações em curso em nosso país.

Mas além das mudanças na racionalidade técnica do território brasileiro, convém pensar também na lógica financeira das IES privadas. Não se deve pensar unicamente nas IES como elemento estruturador das condições técnico-científicas do território, que favorece e impulsiona as atividades produtivas modernas, apesar de esta ser reconhecidamente sua grande contribuição. Convém pensar essas instituições como *locus* da (re)produção de capital, especialmente no caso das IES privadas onde é nítido o caráter mercadológico que guia seu funcionamento.

Nesse sentido, concordamos com Amorim (2010, p. 188), quando este afirma que

A qualificação da força de trabalho, a ação produtiva, a necessidade de adaptação produtiva ao novo modelo econômico e a exploração desse novo “mercado” educacional, impulsionam o crescimento do número de IES no país. Outro aspecto relevante é a possibilidade de obter lucro, através da exploração desse mercado, uma vez que, nos últimos anos, o número de vagas em tais instituições cresceu assustadoramente, nas instituições privadas, especialmente nas de caráter empresarial. (Grifos do autor).

Pensando a dinâmica das IES nessa perspectiva, considera-se a necessidade de pensá-las também no sentido da sua localização no espaço, pois “a localização das demandas educacionais por maior qualificação da força de trabalho é condicionada pela desigual constituição técnica do território nacional e pelo modo de desenvolvimento das relações sociais de produção presentes em cada subespaço” (NASCIMENTO JUNIOR, 2006, p. 152). É sabido que as técnicas não se propagam de forma homogênea pelo território. Ao contrário, elas se distribuem de maneira desigual, mantendo e até aprofundando as desigualdades espaciais, que são fruto das desigualdades sociais.

Segundo Nascimento Junior (2006), a localização das IES resulta de diferentes estratégias e finalidades do Estado e do mercado, na gestão e no uso do território. No caso do estado, há, em tese, um direcionamento das suas ações no sentido de prover as necessidades sociais e o desenvolvimento territorial, enquanto a iniciativa privada age em função da produção e acumulação de capital de forma ampliada, e a reprodução do sistema econômico. Essas são, em geral, as duas forças que atuam nos arranjos territoriais das IES.

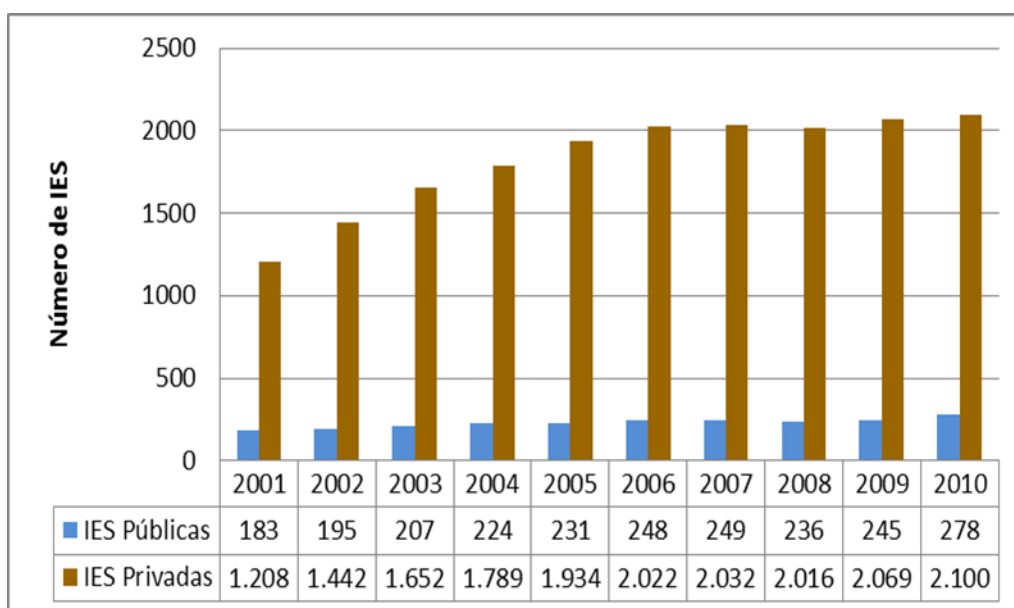
No que se refere ainda à atuação das IES privadas no território, Amorim (2010, p. 178) considera que

Os aspectos relacionados aos interesses de mercado, o qual incorpora novos espaços na expansão das faculdades e universidades privadas, não condizem com a necessária e até desejada formação intelectual da população brasileira. As análises dos dados do crescimento do ensino superior no país confirmam que a oferta de vagas pelo sistema acontece nos lugares onde já existe concentração de instituições

superiores, não avançando, ou crescendo lentamente, nos lugares onde se verifica demanda.

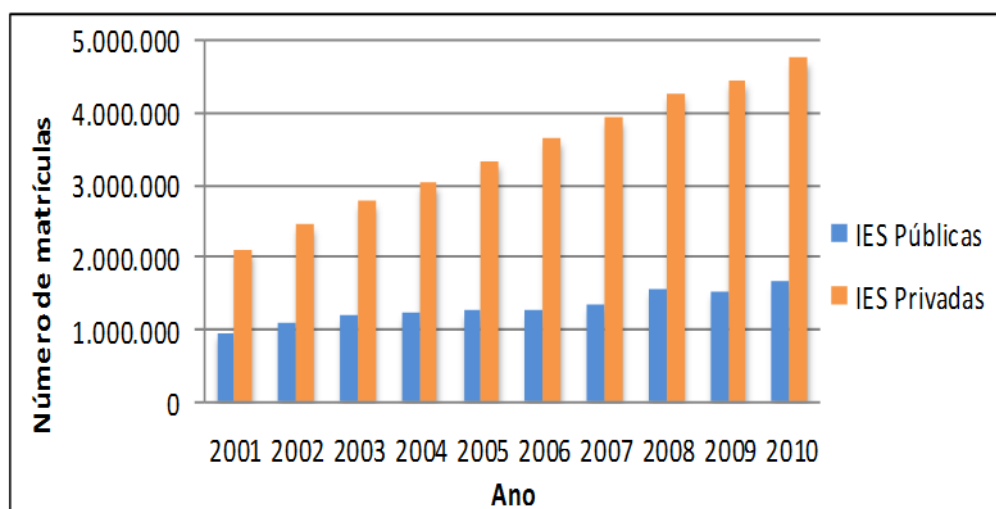
Mas na década de 1990 as instituições públicas de ensino superior praticamente não apresentaram crescimento, tanto em número de instituições como no número de vagas, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Isso representa indiretamente o crescimento da quantidade de estudantes que potencialmente se direcionariam às IES privadas por conta das limitações das instituições públicas, no que se refere ao número de vagas e aos processos seletivos cada vez mais concorridos. Os Gráficos 03 e 04 permitem essa comparação entre a evolução do número de IES públicas e privadas entre 2001 e 2010, bem como a evolução das matrículas nessas instituições no mesmo período:

Gráfico 3: Evolução do número de IES públicas e privadas no Brasil (2001-2010)



Fonte: MEC/Inep.

Gráfico 4: Evolução das matrículas no ensino superior no Brasil (2001-2010)



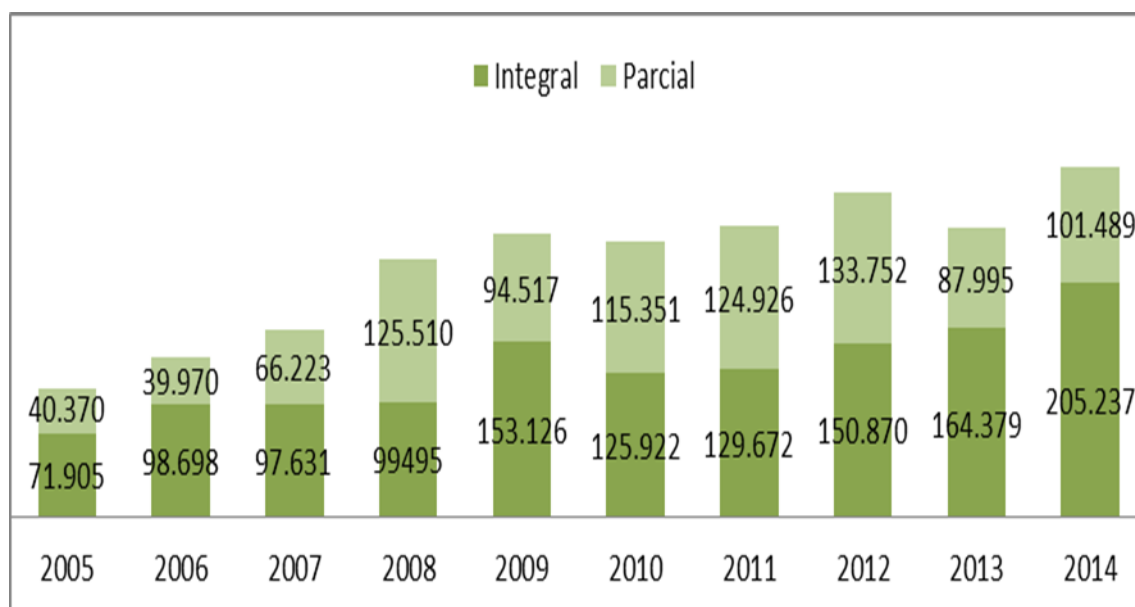
Fonte: MEC/Inep.

A partir dos Gráficos 3 e 4, podemos observar que há uma significativa evolução tanto no número de IES quanto do ingresso de estudantes no ensino superior, com destaque para as instituições privadas. Esse aumento crescente de matrículas no ensino superior privado chama a atenção para o setor como um negócio em franca expansão. Surgem inúmeras IES privadas no Brasil, que tem um mercado de ensino superior cada vez mais competitivo, mas com uma ampliação crescente. São inúmeras as instituições que começam a atuar em escala regional e nacional, incorporando IES pequenas ou sediando unidades em subespaços periféricos e abrindo espaços de atuação cada vez mais amplos. Essa é uma realidade que se traduz atualmente em um mercado competitivo, com grandes instituições de caráter empresarial assumindo a liderança do setor. Sobre essa questão, Calderón (2000, p 67) comenta que “o “mercado de oferta” exige que as *top-universidades*, além de profissionalizar as propagandas publicitárias, estejam atentas às novas demandas do mercado, oferecendo novos produtos e aprimorando aqueles que já oferecem” (grifos do autor).

Nos últimos anos, o serviço de educação superior tem sido estimulado ainda por programas do Governo Federal que visam ampliar o acesso ao ensino superior, tanto em instituições públicas quanto em IES privadas. As iniciativas do poder público através desses programas vêm estimulando a manutenção da relação entre público e privado, que há muito caracteriza o ensino superior no Brasil.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado pelo Governo Federal em 2004 e regulamentada pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005), e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais em IES privadas. As instituições que aderem ao programa recebem como contrapartida isenção de tributos, proporcional ao número de alunos beneficiados e ao percentual abatido das mensalidades. O Gráfico 05 mostra a evolução das concessões de bolsas do ProUni entre 2005 e 2014:

Gráfico 5: Bolsas ProUni oferecidas por ano



Fonte: Sisprouni, 2015.

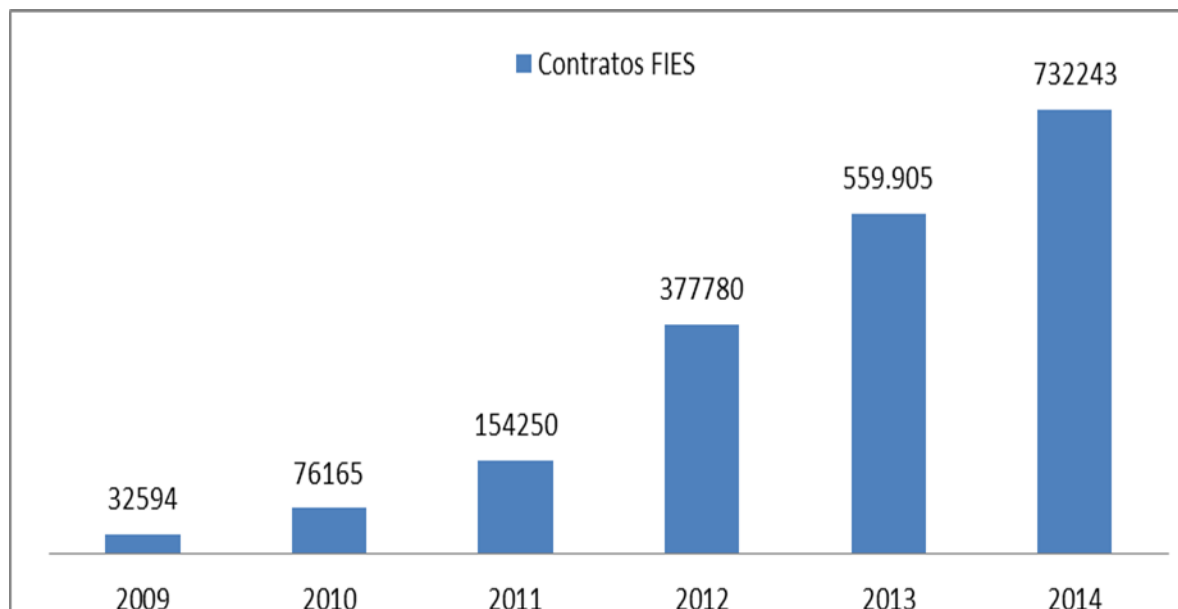
Há, dessa forma, uma expansão desse programa no que se refere ao número de bolsas oferecidas, permitindo afirmar que a proposta de expansão do acesso ao ensino superior no Brasil tem se concretizado, pelo menos em parte. Porém, existe uma crítica acerca desse programa, no sentido de que ele destoou da sua proposta inicial de democratização do ensino superior no país, pois o Governo Federal, influenciado por mantenedores de IES privadas, reduziu os benefícios a serem direcionados para os estudantes das camadas populares da sociedade, e acabou por beneficiar as instituições particulares (CATANI *et al*, 2006).

Outro importante programa que contribui para a expansão do ensino superior no Brasil a partir da parceria público-privada é o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do Ministério da Educação, que é destinado a financiar o curso de graduação de estudantes matriculados em instituições de

ensino superior privadas. Esse programa é regulamentado pela Lei 12.513 de 2011, e atualmente o financiamento é feito através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (BRASIL, 2011).

O Gráfico 06 traz a evolução do número de bolsas ofertadas via Fies entre 2009 e 2014:

Gráfico 6: Brasil: bolsas FIES



Fonte: Brasil, 2015.

A abertura de possibilidade de expansão das IES privadas tanto pelo Fies quanto pelo Prouni ajudam a entender a expansão das matrículas nessas instituições que, como já mencionado, mais do que dobrou no período observado no Gráfico 04. O ensino superior privado tem-se expandido, então, com o impulso de políticas e investimentos públicos.

Outro programa federal que contribui para um acesso mais amplo ao ensino superior é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O Reuni, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, é voltado para o ensino superior público, e se baseia na expansão física, acadêmica e pedagógica de rede federal de ensino superior (BRASIL, 2007).

O Reuni promoveu a expansão da rede de universidades e institutos federais em todo o Brasil a partir de 2003, com a interiorização dessas instituições. De acordo com o Ministério da Educação, com essa expansão das universidades federais, o número de municípios brasileiros atendidos por essas IES passou de 114, em 2003, para 237, em 2011. Nesse período foram criadas 14 novas universidades federais, mas além dessas, foram criados mais de 100 novos campi, que possibilitaram a ampliação do número de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Atualmente, o cenário do ensino superior brasileiro tem em sua composição algumas IES privadas de grade porte, que atuam em escala nacional e até internacional. Espalham-se pelas diversas cidades brasileiras os grandes grupos empresariais do ensino superior, que se capilarizam pelo território através da incorporação de instituições de menor porte, e atuam se utilizando de diversos aportes que estão a sua disposição, como vultosos recursos financeiros, moderno aparato técnico, além da publicidade. Grupos como Unip (Universidade Paulista) e Estácio de Sá exemplificam essa questão ao atuarem em todas as regiões do Brasil, representando a força do capital do ensino superior privado atualmente, que se nutre também de investimentos públicos, como os já mencionados anteriormente.

Mas o Brasil também tem sido um espaço de expansão de IES de atuação internacional, que também se espalha pelo território através da incorporação de instituições locais, e que lançam mão de volumosos investimentos ao adentrarem no mercado do ensino superior brasileiro. O grupo Devray Inc., de origem estadunidense, vem atuando em diferentes cidades brasileiras e atraindo

estudantes/clientes através de uma estrutura física moderna e do apelo midiático de uma “educação de qualidade internacional”.

Essas grandes instituições possuem um forte poder de cooptação de estudantes, em detrimento das IES menores, visto que as IES de pequeno porte (com até 1000 alunos), apesar de numerosas, estão diminuindo seu percentual de alunos matriculados, enquanto as IES maiores (com mais de 5000 alunos) vêm progressivamente aumentando sua participação nas matrículas (PINTO, 2004). Estas instituições se sobressaem, dentre outros fatores, por conta do seu padrão de organização e da concentração de capital no setor, resultando no seu fortalecimento, tornando-se megainstituições com amplo espaço de atuação.

Essa densidade maior de instituições de ensino superior no Brasil faz parte do meio técnico-científico-informacional que passa a compor o território, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, pois, como asseguram Santos e Silveira (2000, p. 55), “com o domínio da técnica e da ciência, a ampliação dos consumos, o papel da informação e da organização e o poder das finanças criaram a necessidade desses saberes científicos, técnicos, informacionais, no território como um todo, mas com marcantes especializações nos lugares”. Mas essas instituições, como já fora mencionado anteriormente, não se espalham de maneira homogênea pelo território, embora haja, por parte do poder público, um esforço de interiorização das universidades federais.

Essas diferenciações no território brasileiro do ponto de vista das IES são discutidas por Amorim (2010), ao afirmar que esse novo meio geográfico que se desenha nas últimas décadas do século XX se manifesta de forma densa em uma porção contínua o território brasileiro que inclui as regiões Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste. Enquanto nessa porção do território há uma densificação de objetos e ações, há uma escassez e rarefação em outros lugares. Ainda para este autor, nas regiões periféricas do território há densificações nos entornos das capitais dos Estados, conectados pelos sistemas técnicos à Região Concentrada.

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Podemos afirmar que, se a recente expansão do ensino superior no Brasil parte de uma necessidade de modernização econômica do país, esse ideal é atingido não apenas a partir do que as IES produzem em termo de ciência, tecnologia e capital humano, mas também a partir da dinâmica que elas promovem e estimulam. As IES, ao serem instaladas, conferem toda uma dinâmica social, econômica e infraestrutural no espaço local e até regional, dependendo do seu porte.

É notório que essas mudanças são mais proeminentes nas cidades, que correspondem ao adensamento das relações de produção da vida, das mercadorias e do capital. Na cidade contemporânea, observa-se a relevância de alguns agentes no processo que, para Carlos (2013) não mais se caracteriza como produção, mas sim como reprodução do espaço urbano. O espaço urbano é (re)produzido a partir das relações de produção, pois

[...] a cidade apresenta-se como fenômeno concentrado e contraditório, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho, numa aglomeração que tem em vista o processo de produção norteado pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada (CARLOS, 1994, p. 51-52).

Compreende-se, então, que a cidade se materializa a partir das relações de produção, que, submetidas à lógica do mercado, sobrepõe os objetivos da acumulação aos da vida e dos modos de uso do espaço (CARLOS, 2013). Logo, o espaço urbano é, antes de tudo, o meio de reprodução do capital e das relações de mercado, necessitando, para tanto, ser constantemente acrescido dos equipamentos espaciais necessários.

Dessa forma, as IES, assim como outros empreendimentos de prestação de serviços, provocam mudanças no espaço onde se inserem de acordo com seu potencial de movimentação de recursos, bens, inovação e pessoas. Na sua discussão sobre o impacto das universidades públicas em cidades pequenas e médias, Baumgartner (2015, p. 97-98), considera que

No âmbito do planejamento urbano, as universidades podem atuar, direta e indiretamente, no mercado imobiliário e contribuir para a avaliação e a criação de políticas urbanas e práticas para o desenvolvimento urbano e regional. As universidades participam diretamente do mercado imobiliário através das demandas por novas áreas, vinculadas à expansão de seus campi, ou mesmo pela renovação de áreas no seu entorno. Indiretamente, a necessidade de moradia, transporte e

serviços por parte da comunidade acadêmica (professores, estudantes e funcionários) aumentam a demanda por estes serviços, bem como por espaço.

Destarte, as universidades públicas geram grande impacto nas cidades, sobretudo nas de médio e pequeno porte, por meio dos investimentos que concretizam, do capital que injetam na economia local e dos empreendimentos que estimulam. Dentro de uma escala maior, essa influência espacial também vai acontecer, conforme as proporções do investimento e a dimensão e dinâmica do núcleo urbano.

De acordo com Nascimento Júnior (2006), o impacto da instalação de uma IES está relacionado ao desenvolvimento da produção, uma vez que a instituição forma profissionais aptos a atuar em funções específicas. Além disso, a IES também constitui um fator de atração de atividades modernas, à medida que dota o território, a priori, de todo o aporte educacional e tecnológico especializado. Este autor considera ainda que essas instituições têm o papel de consolidar ou impulsionar as atividades já existentes no território.

No caso das IES privadas também ocorrem impactos onde elas se instalam, e dependendo da dimensão do investimento e das características específicas do território, elas podem provocar profundos processos de reestruturação espacial. Mas somado a todos esses fatores, ainda existe o fator mercado, que comanda a atuação dessas instituições, pois, como assevera de Durhan (2005), as IES privadas agem como empresas pensando em todos os aspectos que impactam no bom funcionamento do negócio.

Assim, deve-se considerar a força dessas instituições no atual momento da economia urbana marcada pela economia dos serviços. A força dessas atividades não está restrita apenas à sua dimensão jurídica, pois acaba estimulando uma série de outras atividades no seu entorno, pois sua incorporação ao território, além de ampliar as possibilidades locais de participação dos processos produtivos, também repercute diretamente na composição da economia local, dinamizando o comércio, o setor imobiliário, dentre outras atividades (NASCIMENTO JUNIOR, 2006).

Então as IES, pela própria dimensão das atividades que realizam e pela dimensão das suas instalações, especialmente aquelas que apresentam maior estrutura, têm estimulado de maneira significativa as empresas especializadas em prestação de serviços, que se mantém nesse contexto de terciarização das atividades produtivas e de terceirização de diversas funções nas instituições. A terceirização de determinadas atividades das instituições geram economia de capital à medida que representam alternativas menos onerosas que relações trabalhistas diretas, e ao mesmo tempo, estimula a terciarização da economia local, como esclarece Kon (2004). Logo, as IES contribuem fortemente para o processo de modernização das relações de produção, para o processo de (re)produção do espaço urbano.

Para Carlos (1994), a reprodução do espaço consiste no processo de recriação das condições de reprodução do capital. Uma vez que a cidade é um bem material que serve de condição à produção e circulação de valor, a reprodução do espaço urbano consiste no processo de aprimoramento das condições de reprodução do capital, de acordo com as demandas vigentes. Concorda-se, então, com Carlos (1994), sobre o processo de reprodução do capital que guia os modos de apropriação do espaço pela sociedade, a partir de mecanismos de apropriação privada.

Assim, as IES se colocam como elementos fundamentais nesse processo de (re)produção do espaço urbano por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, elas funcionam como empresas (públicas ou privadas) e instituem dinâmicas que envolvem fluxo de pessoas, de recursos financeiros, receita (no caso das IES privadas), etc. Segundo, essas instituições e/ou seus estudantes e funcionários necessitam consumir bens e serviços, que acabam sendo dispostos próximos a essas instituições, ou mesmo dentro de seus campi.

Dessa forma, pode-se afirmar o papel das IES em (re)produzir o espaço urbano, haja vista que marcam, direto ou indiretamente, a dinâmica das cidades. Em primeiro lugar essas instituições promovem uma dinâmica importante, do ponto de vista das atividades que realizam, e isso gera um impacto direto no espaço urbano, pois formam pontos de convergência de estudantes, profissionais ligados a essas instituições, investimentos, etc., que vão impactar na dinâmica urbana, que deve servir de condição à reprodução da dinâmica ora vigente.

As IES atraem, dessa forma, outros empreendimentos, como pequenos comércios, restaurantes, lanchonetes, bares, além do setor imobiliário, com agentes muito atuantes nessas áreas. Nesse sentido, há uma interação entre os serviços de educação superior e outras atividades, que,

conjuntamente, estabelecem um processo de reprodução espacial, pois provocam mudanças numa estrutura anterior em função dos novos processos e dos interesses dos agentes envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca da geografia do ensino superior permite compreender que as IES, como elementos necessários à dinâmica atual do território brasileiro, marcam profundamente a dinâmica urbana, enquanto dado fornecedor de subsídios à constituição do atual modelo de economia urbana, e como empreendimento em si, que institui dinâmicas específicas. Mas essas instituições não fogem ao padrão desigual de distribuição das técnicas no território. Elas seguem, ao contrário, uma distribuição baseada no substrato e nas demandas já estabelecidas.

Como o espaço urbano vai sendo reconfigurado para atender as novas necessidades do mercado e a partir dessas novas condições, as IES se espalham pelo território no sentido de preenchê-lo pelos elementos técnicos, científicos e informacionais, necessários ao momento atual. Assim, essas instituições funcionam como elementos fundamentais nesse momento de (re)produção do espaço urbano, através dos subsídios técnicos e científicos que fornecem, da qualificação profissional que proporcionam, do capital que movimentam, dos empreendimentos que estimulam e da dinâmica que promovem.

Compreende-se, portanto, que os serviços de educação são importantes elementos de compreensão da realidade urbana hoje, pois permitem lançar luz sobre diversos aspectos, como a conjuntura social e econômica, a modernização e organização do território, bem como a (re)produção do espaço urbano e a organização do espaço regional. Assim, este trabalho se situa em um campo vasto e profícuo, mas que ainda necessita de muitas investidas científicas que permitam o alargamento do debate.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. 2010. 335f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

¹BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. In: **Geotextos**, v. 11, n. 1, p. 91-111, jul. 2015.

BRASIL. **Estatuto das cidades**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 4.020**, de 20 de dezembro de 1961.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005.

_____. **Lei nº 12.513**, de 26 de outubro de 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Prestação de contas ordinárias anual/Relatório de gestão do exercício de 2014**. Brasília: MEC, 2015.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão**. São Paulo em Perspectiva (Impresso), v. 14, p. 61-72, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100007>

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de S. Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? In: **Educar**. Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR.

DURHAN, Eunice Ribeiro. Educação superior: pública e privada. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (Org.). **Os desafios da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

KON, Anita. **Economia de serviços**: teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

NASCIMENTO JÚNIOR, Francisco das Chagas do. O fenômeno de expansão das instituições de ensino superior e o território brasileiro. In: **Geografia**, v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

PEREIRA, Marlene de Paula. A cidade como mercadoria: influências do setor privado na produção do espaço urbano. In: **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 446-460, jul./dez. 2012.

PINTO, José Marcelino de R.. O acesso á educação superior no Brasil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, especial - out. 2004.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidade e transformações. In: **Ensino superior Unicamp**, n. 4, ano 2, p. 28-43, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 7 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

¹Recebido em: 13/01/2017

Aceito para publicação em: 03/09/2017